

## **PROJETO DE LEI Nº 42, 12 DE DEZEMBRO DE 2019**

**“Altera a Lei Municipal nº. 1.161/2001 que dispõe sobre Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ronda Alta, e dá outras providências.”**

O senhor MIGUEL ANGELO GASPARETTO, Prefeito Municipal de Ronda Alta, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, encaminha para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores e posterior aprovação, o seguinte:

### **PROJETO DE LEI**

**Art. 1º** O § 1º do art. 14 da Lei nº. 1.161/2001, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ronda Alta, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º A remuneração de contribuição para os efeitos do art. 13, incisos II e III, desta Lei, é composta pelas seguintes parcelas de natureza remuneratória, pagas aos servidores ativos segurados do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município:

I - vencimento básico do cargo efetivo;

II - adicionais por tempo de serviço/triênios;

III - classe;

IV - mudança de nível;

V - saldo de rescisões e décimo terceiro salário;

VI - as demais já incorporadas ao conjunto remuneratório nos termos de lei municipal ou por decisão judicial.” (NR)

**Art. 2º** Acrescenta ao art. 14, da Lei nº. 1.161/2001, o § 13 com a seguinte redação:

“§ 13 Não haverá a incidência de que trata o §1º sobre as seguintes verbas:

I - salário-família;

II - diárias e ajuda de custo;

III - indenização de transporte;

IV - adicional pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno, adicional de insalubridade e de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas, adicional de férias, adicional por difícil acesso e de sobreaviso;

V - complementações salariais por substituições temporárias;

VI - exercício de função gratificada e de responsabilidade técnica de qualquer natureza;

VII - pagamento de valores complementares por convocações temporárias para exercício de cargos comissionados; e

VIII - auxílio-alimentação, auxílio pré-escolar e outras parcelas cujo caráter indenizatório ou temporário que não seja inerente ao cargo e não haja previsão em Lei.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao nonagésimo dia posterior à sua publicação, tendo aplicabilidade em razão de sua especialidade, sobre toda e qualquer norma que eventualmente disponha em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ronda Alta, aos 12 dias do mês de dezembro de 2019.

MIGUEL ANGELO GASPARETTO  
**Prefeito Municipal**

## JUSTIFICATIVA

Exmo. Presidente:

Senhores vereadores:

Ao cumprimentá-los cordialmente, pedimos atenção para análise e aprovação do presente projeto, uma vez que se trata de matéria importantíssima, considerando que o conceito de “remuneração de contribuição”, constante hoje no artigo 14, § 1º, da Lei Municipal nº 1.161/2001, apresenta grande dificuldade interpretativa, tendo em vista que a norma inclui na base de cálculo das contribuições, vertidas ao RPPS, além de outras, em parcelas denominadas como “*vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis*”, não existindo a descrição específica de quais vantagens se englobam nessas expressões descritas no § 1º, artigo 14, da Lei Municipal em comento, o que causa grande dúvida nos momentos de defini-las.

A revisão da base de cálculo do RPPS, proposta por este Projeto de Lei, tem por objetivo conceder à norma, redação satisfatória, clara e objetiva, na determinação de quais parcelas integram, e quais não integram, a remuneração de contribuição, sendo, portanto, de extrema importância sua aprovação.

Certos de contarmos com vossa prestigiosa colaboração, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos, se necessário.

Ronda Alta – RS, 12 de dezembro de 2019.

**Miguel Angelo Gasparetto**  
**Prefeito Municipal**

